

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - TO

PROCURADOR MUNICIPAL

Caderno de Prova: Prova Objetiva

	Questões		Questões
Língua Portuguesa	01 a 10	Legislação pertinente ao município de Palmas/TO	16 a 20
Conhecimentos Regionais	11 a 15	Conhecimentos Específicos	21 a 60



ATENÇÃO: transcreva a frase a seguir no espaço apropriado da sua FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO), com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas.

Pensamentos deleitáveis são prazerosos e autenticam o vazio da alma.

ANTES DE COMEÇAR A FAZER AS PROVAS:

1. Verifique se este caderno contém uma prova, com um total de 60 (sessenta) questões, sequencialmente numeradas de 01 a 60.
2. Caso haja algum problema, solicite ao aplicador a substituição deste caderno, impreterivelmente, até 15 minutos após o início da prova.
3. Assine este Caderno de Prova no espaço indicado.

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

4. Confira seus dados e, havendo erro, solicite ao aplicador a correção na Ata de Sala.
5. Assine no espaço indicado.
6. Transcreva a frase indicada no alto desta capa (!) para o local específico da Folha de Respostas (GABARITO).

AO TRANSFERIR A MARCAÇÃO DAS ALTERNATIVAS PARA A FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

7. Use caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



8. Sua resposta NÃO será computada se estiver sem marcação ou se houver marcação de mais de uma alternativa.
9. A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

AO TERMINAR AS PROVAS:

10. Você deverá chamar a atenção do aplicador levantando o braço. Ele irá até você para recolher sua FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO) e este CADERNO DE PROVAS.
11. Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala, e até sua saída do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe será mais permitido o uso dos sanitários.

Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligados) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como: bip, telefone celular e/ou smartphone, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico, etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), qualquer tipo de carteira ou bolsa e armas.

Nome: _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

QUATRO HORAS

ATENÇÃO: Após a prova você poderá levar consigo somente a FOLHA DE RASCUNHO DO GABARITO

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

1 Saúde, direito à saúde e justiça sanitária

Falar da saúde como direito implica algo que está para além do domínio estrito do direito e que nos conduz a um terreno distinto, marcado por controvérsias, lutas e derivas que não passam (apenas) pelo domínio do direito da saúde: o da consagração da saúde como um direito fundamental ou um dos direitos humanos, referido no artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não é consensual, contudo, a ideia de que a saúde possa ser considerada como um direito e, mesmo nos casos em que tal ocorre, não existe acordo sobre a definição e as condições de realização do direito à saúde.

A consagração da saúde como direito está, em geral, associada a duas ideias-chave: a sua universalidade – a saúde é um direito de todos os cidadãos – e a de que a saúde – conforme a conhecida definição da Organização Mundial de Saúde – não deve ser considerada simplesmente como ausência de doença, mas como um estado geral de bem-estar, cuja realização e proteção dependem de um conjunto de condições económicas, sociais e políticas que transcendem o domínio circunscrito das políticas de saúde e dos cuidados de saúde.

O caso do Brasil aparece como um dos exemplos mais interessantes, quer de constitucionalização desse direito, quer das dificuldades e tensões associadas à sua realização. A Constituição Federal do Brasil de 1988 consagra a saúde como um “direito de todos e um dever do Estado” (art.º 196), apoiada numa definição de saúde mais ampla ainda do que a proposta pela OMS, para além da “ausência de doença”. A VIII Conferência Nacional de Saúde (1986) definiu a saúde como “o resultado das condições de alimentação, moradia, educação, renda, ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso à posse da terra e acesso a serviços de saúde...”, o resultado das formas de organização social da produção, que podem gerar grandes desigualdades de nível de vida”.

Assim, embora configure avanço inquestionável, a conceitualização positiva de saúde traz novo problema, pois está-se lidando com algo tão amplo como a própria noção de vida. Promover a vida em suas múltiplas dimensões envolve, por um lado, ações do âmbito global de um Estado e, por outro, a singularidade e a autonomia dos sujeitos. Além disso, essa redefinição da saúde aponta para a possibilidade de uma ampliação das políticas de saúde no sentido de uma política da vida distinta da que está associada à biomedicalização, que obrigaria a reconfigurações significativas das práticas políticas e das políticas públicas e da própria organização do Estado. Mas uma definição ampliada da saúde pode assumir significados diferentes e materializar-se em práticas, formas de organização, formas de poder e de socialidade distintas.

Uma primeira possibilidade é que a ampliação do conceito de saúde dá-se associada à ênfase na responsabilidade individual na adoção de estilos de vida saudáveis e de submissão a uma vigilância médica regular ou continuada e na identificação de suscetibilidades e riscos. A segunda possibilidade aponta para a crescente importância de duas orientações que, com frequência, aparecem associadas e se potenciam mutuamente. Uma diz respeito a políticas públicas dirigidas a situações e processos suscetíveis de afetar a saúde e o bem-estar de cidadãos, comunidades

70 ou grupos específicos e à promoção de um ambiente saudável e de condições sociais e económicas dignas para todos. A outra refere-se às ações e iniciativas de cidadãos, comunidades, grupos e movimentos (incluindo movimentos de profissionais e especialistas em saúde), reivindicando o reconhecimento de problemas ou distúrbios que lhes afetam a saúde e o bem-estar e/ou intervenções públicas que permitam prevenir esses problemas ou distúrbios – as lutas por aquilo que designarei, em termos gerais, de justiça sanitária.

75 Não se trata, aqui, apenas de lutas que têm como foco o acesso a serviços de saúde, hoje muitas vezes incluídas nos movimentos de consumidores ou de utentes de serviços públicos. Estamos, antes, perante um conjunto de situações em que a realização do direito à saúde passa pelo reconhecimento da existência de doenças ou da existência de pessoas ou grupos na sociedade afetados por certas doenças, geralmente causadas por exposições ambientais ou condições sociais ou laborais, cuja existência pode ser contestada ou negada por profissionais, investigadores e instituições de saúde ou de proteção social, e pelo apoio (ou ausência de apoio) do Estado e compromisso público com a intervenção sobre a doença.

80 Dessas situações, emergem diferentes formas de ação e de mobilização coletiva, cujos objetivos podem incluir: acesso a serviços e cuidados; inclusão em categorias que têm acesso a cuidados médicos de um certo tipo; maior investimento na investigação, no desenvolvimento de terapias e na assistência a pessoas que sofrem de doenças negligenciadas ou órfãs; reconhecimento de certos problemas ou perturbações como doenças e daqueles que são afetados por essas doenças como tendo direito a cuidados de saúde; reconhecimento de relações causais entre exposições a substâncias e agentes contaminantes e determinadas doenças ou distúrbios; desmedicalização de certos problemas ou condições; reconhecimento de formas de sofrimento e de terapias a estas dirigidas, que se associam a epistemologias/ontologias distintas da epistemologia/ontologia naturalista em que se apoia a biomedicina. Muitas das ações no campo da justiça ambiental incidem, igualmente, sobre problemas que afetam a saúde e sobre a exigência do seu reconhecimento pelo Estado, pelas autoridades de saúde e pelos especialistas e profissionais.

85 Assim, as concepções ampliadas de saúde constituem, por um lado, um recurso mobilizável para a luta pela saúde como um direito. Mas as formas que assume essa luta parecem estar vinculadas a uma luta pelo “direito à doença”, ou seja, pelo reconhecimento da existência de doenças ou da condição de pessoa, grupo ou comunidade afetados por essas doenças. Nesse sentido, afetam-se especialmente os mais vulneráveis, com acesso a menos recursos materiais, que se encontram em condições precárias de emprego ou de habitação, que são obrigados a habitar em zonas insalubres, contaminadas ou expostas a contaminações, que são vítimas de formas diversas de violência estrutural e que veem a sua voz desautorizada ou deslegitimada pelo discurso de responsáveis políticos, instituições, peritos, empresas e meios de comunicação social.

João Arriscado Nunes, « Saúde, direito à saúde e justiça sanitária », *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 87 | 2009, 143-169. <http://rccs.revues.org/1588> . Fragmento adaptado.

QUESTÃO 01

O texto discute o direito à saúde sob a perspectiva de um contexto de lutas em prol de reconhecimentos e conquistas. A esse respeito, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) A concepção do direito à saúde implica também a luta dos mais vulneráveis pelo direito ao tratamento médico.
- (B) A deslegitimação das vozes dos mais vulneráveis faz com que a luta pelo direito à saúde se transforme, também, na luta pelo direito ao reconhecimento da doença.
- (C) A situação de vulnerabilidade das pessoas carentes representa uma luta junto ao poder público, médico, legal e empresas privadas pelo reconhecimento da doença, levando-se em consideração também os fatores socioeconômicos.
- (D) O reconhecimento da existência de doenças ou da condição de determinadas pessoas ou grupos sociais afetados por doenças representa um direito à saúde garantido à população mais vulnerável.

QUESTÃO 02

Analise as afirmativas a seguir a respeito do que se pode apreender do texto:

- I. A conquista do direito à saúde, quando ela é assim considerada, vai além do acesso a cuidados médico-hospitalares dignos.
- II. Uma definição de saúde que seja sucinta e ao mesmo tempo densa é a inexistência de enfermidades.
- III. A luta pelo direito à saúde perpassa por relações de poder social.

Indique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 03

A partir da redefinição e da ampliação do conceito de saúde, o direito ao bem-estar geral

- (A) seria alcançado a partir de intervenções médicas e de políticas públicas.
- (B) estaria centrado na responsabilização do indivíduo pelo seu estilo de vida.
- (C) seria fruto da luta pelo reconhecimento e por condições de tratamento de doenças.
- (D) representaria uma visão social do direito à vida, em detrimento do direito à medicalização.

QUESTÃO 04

É **CORRETO** afirmar que a justiça sanitária a que se refere o texto compreende

- (A) as lutas por melhores condições de vida e reconhecimento social.
- (B) o atendimento digno para os usuários dos serviços de saúde públicos.
- (C) o reconhecimento de situações de risco à saúde e ao bem-estar dos sujeitos.
- (D) as reivindicações por condições socioeconômicas minimamente dignas.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta correspondência possível de sentido para a expressão ou o vocábulo em destaque, segundo o contexto em que foram empregados no texto.

- (A) “terreno distinto, marcado por controvérsias, lutas e **derivas**” (l. 5 e 6) = aleatoriedades.
- (B) “Assim, embora **configure** avanço inquestionável, a conceituação positiva de saúde traz novo problema [...]” (l. 42 e 43) = idealize
- (C) “Constituição Federal do Brasil de 1988 **consagra** a saúde como um ‘direito de todos e um dever do Estado’ (art.º 196)” (l. 29 a 31) = sanciona
- (D) “Não se trata, aqui, apenas de lutas que têm como foco o acesso a serviços de saúde, hoje muitas vezes incluídas nos movimentos de consumidores ou de **utentes** de serviços públicos.” (l. 79 a 82) = usuários

TEXTO II

1 **Avanços trazidos pela LBI não impedem questionamentos técnicos e jurídicos**

- Apesar dos avanços trazidos pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), a essa fatia da população, alguns de seus dispositivos podem estar sujeitos a questionamentos de ordem técnica ou jurídica. A observação partiu do consultor legislativo da área de Cidadania e Direitos Humanos do Senado, Felipe Basile. Ao mesmo tempo em que inovou ao reconhecer a autonomia e a capacidade civil das pessoas com deficiência, a norma pode criar embaraços.
- O consultor de Direitos Humanos mostra reservas em relação a novidades trazidas pela LBI. Uma delas é a delegação de competência ao Poder Executivo para criar instrumentos de avaliação das diversas deficiências. Sua compreensão é de que isso poderia invalidar laudos e atestados já emitidos com base em normas correlatas anteriores. “Idealmente, qualquer avaliação ou laudo deveria bastar para identificar a deficiência e permitir que a pessoa possa exercer direitos relativos à acessibilidade, ao atendimento prioritário, a ações afirmativas e à proteção contra a discriminação” —
- 25 considerou.

(FRANCO, Simone. Avanços trazidos pela LBI não impedem questionamentos técnicos e jurídicos. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/01/21/avancos-trazidos-pela-lbi-nao-impedem-questionamentos-tecnicos-e-juridicos>>. Acesso em: 21 jan. 2016. Fragmento adaptado.)

QUESTÃO 06

Ao se compararem os textos I e II quanto ao conteúdo que veiculam, depreende-se que:

- (A) Tanto em I como em II se defende que há mais retrocessos nas leis brasileiras que avanços efetivos.
- (B) Em ambos os textos se argumenta que os direitos humanos são feridos pelas próprias leis que buscam garanti-los.
- (C) Enquanto em I se defende que acontece o “direito à doença”, em II se ilustra uma situação que poderia culminar na busca pelo “direito à deficiência”.
- (D) Enquanto em II se faz uma crítica a uma determinada lei brasileira, em I se defende que o país se destaca pela concessão de direitos e pelo respeito a eles.

QUESTÃO 07

Marque a alternativa cuja redação está gramaticalmente **CORRETA**.

- (A) Há casos onde as pessoas precisam lutar pelo próprio reconhecimento das condições de propensão a doenças.
- (B) As atuais mudanças ocorridas na legislação brasileira fortalecem direitos sociais imprescindíveis.
- (C) Vale à pena examinar o caso do Brasil no que diz respeito a seus desafios nas áreas da saúde.
- (D) Identifica-se indivíduos em situações de insalubridade, o que também fere o direito à saúde.

QUESTÃO 08

Releia o período a seguir:

“Nesse sentido, afetam-se especialmente **os** mais vulneráveis, com acesso a menos recursos materiais, **que** se encontram em condições precárias de emprego ou de habitação, que são obrigados a habitar em zonas insalubres, contaminadas ou expostas a contaminações, que são vítimas de formas diversas de violência estrutural e que veem a sua voz desautorizada ou deslegitimada **pelo discurso de responsáveis políticos**, instituições, peritos, empresas e meios de comunicação social.” (f. 121 a 131)

Marque a alternativa **CORRETA** quanto à análise gramatical dos elementos em destaque.

- (A) “que” é uma conjunção que representa e substitui “os mais vulneráveis”.
- (B) “se” é índice de indeterminação do sujeito da oração em que foi empregado.
- (C) “os” classifica-se como pronome demonstrativo por equivaler a “aqueles”.
- (D) “pelo discurso de responsáveis políticos” exerce a função de complemento verbal.

QUESTÃO 09

Marque a alternativa em que **NÃO** há obrigatoriedade do uso da(s) vírgula(s).

- (A) “Saúde, direito à saúde e justiça sanitária”
- (B) “Idealmente, qualquer avaliação ou laudo deveria bastar para identificar a deficiência [...]”
- (C) “Não é consensual, contudo, a ideia de que a saúde possa ser considerada como um direito [...]”
- (D) “Assim, embora configure avanço inquestionável, a conceituação positiva de saúde traz novo problema [...]”

TEXTO III

Identificação do município
Endereço para correspondência, telefone e endereço de Correo Eletrônico

[Tipo de documento] nº 0000/0000/[sigla do órgão ou setor que o expede]

Local e data.

Ao Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção à Saúde
Esplanada dos Ministérios, Bloco G
70058-900 — Brasília-DF

Assunto: Solicitação de incentivo financeiro para a implantação do Programa de Qualificação dos CAPS

Solicito o repasse de incentivo ao município de _____, referente à Portaria nº 1174/GM, de 7 de julho de 2005.

[Nome]
[Cargo]

QUESTÃO 10

Em 7 de julho de 2005, foi publicada a Portaria nº 1174/GM que destinava incentivo financeiro emergencial para o Programa de Qualificação dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS e dava outras providências. O repasse financeiro se daria mediante ofício encaminhado pelo gestor municipal/estadual responsável pelo Programa. A respeito do documento anterior, supostamente elaborado com vistas a atender a essa finalidade, marque a alternativa **CORRETA**:

- (A) A identificação do município alocada no topo do documento torna desnecessária a indicação do nome e do cargo da autoridade que o expede.
- (B) A identificação e o endereçamento do destinatário constantes no documento são dispensáveis, pois constarão no envelope utilizado para envio do expediente.
- (C) A redação se caracterizaria por mais clareza, concisão e formalidade caso se tivesse empregado o fecho “Enviamos-lhe protestos de alta estima e distinta consideração”.
- (D) A exposição do assunto, principalmente na ausência do vocativo, favorece a agilidade da tramitação do documento no ambiente de destino ao permitir o encaminhamento ao setor competente.

PROVA DE CONHECIMENTOS REGIONAIS

QUESTÃO 11

Analise as afirmativas a seguir em relação às regiões administrativas, criadas pela Secretaria Estadual de Planejamento, e à regionalização do Tocantins, estabelecida pelo IBGE.

- I. São ao todo 18 regiões administrativas no estado.
- II. São 3 mesorregiões: ocidental do Tocantins, oriental do Tocantins e de Araguaína.
- III. As microrregiões definidas pelo IBGE para o Tocantins são 8 no total.
- IV. A Lei Estadual nº 972, de 14 de abril de 1998, autorizou o poder executivo do Tocantins a criar as regiões administrativas.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I, III e, IV estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

QUESTÃO 12

Analise as afirmativas a seguir em relação ao Cerrado, domínio morfoclimático e fitogeográfico que cobre a maior parte do Estado do Tocantins.

- I. Suas características não são as mesmas em todos os lugares. Em regiões úmidas, principalmente as que estão em contato com matas ou baixadas, a vegetação desenvolve-se mais, tendendo a atingir porte de cerradões mais densos; por sua vez, em regiões mais secas, dominam os cerradinhos.
- II. Possui uma biodiversidade restrita, sendo composta basicamente de plantas lenhosas e animais invertebrados.
- III. Trata-se de um bioma com grandes concentrações de espécies endêmicas.
- IV. Apresenta um mosaico de diferentes tipos de vegetação, constituindo-se na maior formação vegetal brasileira.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 13

Foi construída entre o final do século XIX e o início do século XX, resultado dos esforços dos Frades Dominicanos.

É **CORRETO** afirmar que o patrimônio histórico do Tocantins acima mencionado refere-se à:

- (A) Paróquia Sagrado Coração, em Araguaína.
- (B) Igreja Nossa Senhora das Mercês, em Porto Nacional.
- (C) Diocese de Tocantinópolis.
- (D) Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Conceição.

QUESTÃO 14

O livro "O Tronco", de Bernardo Élis, foi publicado pela primeira vez em 1956 e se configura como uma das grandes obras da literatura regional. É **CORRETO** afirmar que sua base histórica se encontra:

- (A) nas lutas quilombolas do povoado de Arraias, envolvendo Joaquim Evangelista Machado.
- (B) na questão agrária do Tocantins, envolvendo o movimento dos trabalhadores rurais sem terra.
- (C) na Guerrilha do Araguaia, envolvendo a Aliança Libertadora Nacional e o Exército Brasileiro.
- (D) nas disputas pelo controle político no norte goiano, envolvendo o coronel Abílio Wolney.

QUESTÃO 15

Na Praça dos Girassóis, localizada na região central de Palmas, capital do Estado dos Tocantins, entre os vários monumentos lá erguidos, há dois que são relacionados a acontecimentos políticos nacionais. São eles:

- (A) o da Abolição e o da Proclamação da República.
- (B) o da Independência do Brasil e o da Proclamação da República.
- (C) o do 18 do Forte de Copacabana e o da Coluna Prestes.
- (D) o do 18 do Forte de Copacabana e o da Abolição.

PROVA DE LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO MUNICÍPIO DE PALMAS/TO

QUESTÃO 16

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Palmas, são Leis Complementares as concernentes às seguintes matérias, **EXCETO**.

- (A) Concessão de direito real de uso e alienação de bens imóveis.
- (B) Doação de bens móveis e imóveis.
- (C) Aquisição de bens imóveis, inclusive por doação com encargos.
- (D) Autorização para obtenção de empréstimos.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

De acordo com o regime disciplinar estabelecido pela Lei Complementar nº 008/99 (Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta dos Poderes do Município de Palmas), a pena de demissão será aplicada nos seguintes casos:

- (A) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário.
- (B) utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
- (C) exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
- (D) cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.

QUESTÃO 18

São formas de provimento de cargo público, previstas na Lei Complementar Municipal nº 008/99 (Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta dos Poderes do Município de Palmas), **EXCETO**:

- (A) readaptação
- (B) reversão
- (C) redistribuição
- (D) recondução

QUESTÃO 19

Nos termos da Lei Municipal nº 1.956/2013 (que dispõe sobre a Organização, Quadro, Carreira e Vencimentos da Secretaria de Assuntos Jurídicos do Município de Palmas e Regulamenta a Carreira de Procurador Jurídico Municipal), além das proibições decorrentes do exercício de cargo público e de sujeição ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmas, ao Procurador Municipal é vedado.

- I. Requerer, advogar ou praticar em Juízo ou fora dele atos que, de qualquer forma, colidam com as funções inerentes ao cargo ou com os preceitos éticos de sua profissão, bem como, praticar advocacia fora de suas atribuições funcionais ressalvados os casos previstos em Lei.
- II. Exercer funções inerentes ao cargo, em processo judicial ou administrativo, em que seja parte, adversa ou interessada, o seu cônjuge, ascendente, descendente, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até terceiro grau.
- III. Participar de comissão de concurso quando concorrer parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, bem como seu cônjuge ou companheiro.
- IV. Exercer cargo comissionado fora da Procuradoria Geral do Município de Palmas, exceto o de secretário municipal ou a ele equiparado na Administração Indireta Municipal e os seus correspondentes nas esferas Estadual e Federal.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 20

Considerando o estabelecido na Lei Municipal Nº 2.031/2014, a contratação temporária de pessoal no serviço público do Poder Executivo no município de Palmas, depende de autorização do Chefe do Poder Executivo e obedece, entre outros, aos seguintes critérios, **EXCETO**.

- (A) Vacância, aposentadoria, remoção, redistribuição ou exoneração de servidor com atividade considerada essencial à administração pública.
- (B) Justificativa, por parte do titular do órgão, da necessidade temporária desse pessoal e do excepcional interesse público.
- (C) Comprovação dos danos ou prejuízos que a ausência de servidores temporários possa causar.
- (D) Caráter essencialmente temporário da atividade, considerada de excepcional interesse público.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Considerando o estabelecido na Constituição Federal de 1988, indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) O Município reger-se-á por constituição municipal, votada em três turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal, que a outorgará, atendidos os preceitos estabelecidos na Constituição do respectivo Estado.
- (B) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por um terço dos membros da Assembleia Legislativa e três quintos dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos princípios da Constituição do respectivo Estado e preceitos e princípios estabelecidos na Constituição Federal.
- (C) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos princípios da Constituição do respectivo Estado e preceitos e princípios estabelecidos na Constituição Federal.
- (D) O Município reger-se-á por lei orgânica, aprovada em votação única, por três quintos dos membros da Câmara Municipal, que a outorgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.

QUESTÃO 22

Considerando o estabelecido na Constituição Federal de 1988, indique a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.
- (B) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo, entre outro, ao preceito de aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil.
- (C) Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos intermunicipais e interestaduais.
- (D) A lei estabelecerá o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens e o Plano Nacional de Juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

QUESTÃO 23

Análise as afirmativas a seguir. Considerando o estabelecido na Constituição Estadual, são princípios fundamentais do Estado do Tocantins.

- I. Assegurar ao cidadão o exercício de mecanismos de controle da legalidade e legitimidade dos atos do Poder Público, bem como a eficácia dos seus serviços.
- II. Fomentar o pluralismo político como meio de promover a democracia participativa.
- III. Preservar os valores e a cultura dos grupamentos étnicos.
- IV. Promover a regionalização das ações administrativas para que haja o equilíbrio do desenvolvimento estadual e nacional, reduzindo as desigualdades sociais.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 24

Considerando o estabelecido na Constituição do Estado do Tocantins, compete aos Municípios Tocantinenses.

- I. Instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transporte urbano.
- II. Baixar normas reguladoras de edificações, autorizar e fiscalizar as edificações.
- III. Respeitada a legislação do trabalho, fixar condições e horários para o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e similares.
- IV. Dispor sobre os serviços funerários e os cemitérios.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 25

Considerando o estabelecido na Constituição do Estado do Tocantins, analise as afirmativas a seguir.

- I. O orçamento anual dos Municípios deverá prever a aplicação de pelo menos vinte e cinco por cento da receita tributária municipal, incluindo a proveniente de transferências na manutenção e no desenvolvimento do ensino, preferencialmente no pré-escolar e fundamental.
- II. Para a obtenção de seus objetivos, os Municípios poderão organizar-se em consórcios, cooperativas ou associações, mediante aprovação de suas Câmaras Municipais, por proposta dos respectivos Prefeitos. Poderão, igualmente, celebrar convênios, acordos e outros ajustes com a União, os Estados, o Distrito Federal, outros Municípios e suas entidades da administração direta, indireta ou fundacional, para realização de suas atividades próprias.
- III. Os Municípios organizarão e manterão suas guardas municipais para proteger os bens e serviços do município, vedada a dissolução da corporação ou a suspensão de suas atividades.
- IV. A representação judicial e extrajudicial do Município compete ao Prefeito municipal.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 26

Considerando o estabelecido na Constituição Federal de 1988 acerca da fiscalização das contas municipais, analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- II. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- III. As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- IV. É vedada a criação de Tribunais de Contas do Município, sendo permitido a criação de Conselhos ou órgãos de Contas Municipais, na forma da lei.

Indique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 27

Considerando o estabelecido na Lei Nº 11.417/2006 (que disciplina a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal), indique a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante dependerão de decisão tomada por 2/3 (dois terços) dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, sendo que, a súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, mas o Supremo Tribunal Federal, por decisão de 2/3 (dois terços) dos seus membros, poderá restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público.
- (B) O Município não possui legitimidade para propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, de forma primária e direta acerca de todo e qualquer assunto, mas poderá fazer a propositura, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte.
- (C) A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante autoriza o juiz decidir fundamentadamente sobre a suspensão do processo em que se discute a mesma questão até que o enunciado seja editado, revisto ou cancelado.
- (D) Contra ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente, somente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, depois do esgotamento das vias administrativas.

QUESTÃO 28

Analise as afirmativas a seguir.

O acesso à informação de que trata a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) compreende, entre outros, os direitos de obter.

- I. Orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.
- II. Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.
- III. Informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos.
- IV. Informações referentes a todo projeto de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico produzido e executado pelos órgãos públicos, ressalvado aqueles produzidos em parceria com pessoas físicas ou entidades privadas.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 29

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Em caso de igualdade de condições das propostas, a Lei Federal nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública), estabelece critérios de desempate. Analise as afirmativas a seguir, identificando quais são os critérios de desempate estabelecidos pela mencionada Lei.

- I. Bens e serviços produzidos no País.
- II. Bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- III. Bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem ações de proteção ao Meio Ambiente.
- IV. Bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 30

Considerando o estabelecido no Decreto nº 3.555/2000 (Pregão), analise as afirmativas a seguir.

- I. Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns, locações imobiliárias e alienações em geral é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais.
- II. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, não tendo os licitantes, direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- III. Em face do interesse público, é permitido à autoridade competente exigir garantia de proposta.
- IV. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, além disso, o licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

Indique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

QUESTÃO 31

Indique a alternativa **CORRETA**.

Considerando o estabelecido na Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade administrativa). Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

- (A) Utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.
- (B) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- (C) Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
- (D) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

QUESTÃO 32

Considerando as Súmulas Vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A nomeação da esposa de um sobrinho ou do filho de um cunhado da autoridade nomeante para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou de função gratificada, na administração pública direta ou indireta do Município, viola a Constituição Federal.
- (B) É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- (C) A incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis não ofende a Constituição Federal.
- (D) Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

QUESTÃO 33

Considerando o estabelecido na Lei Municipal nº 1.156/2002 (que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Município de Palmas/TO), acerca da intimação, analise as afirmativas a seguir.

- I. A intimação observará a antecedência mínima de cinco dias úteis quanto à data de comparecimento, de defesa ou de entrega de documentos.
- II. No caso de interessado indeterminado, desconhecido ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.
- III. As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.
- IV. O desatendimento da intimação importará renúncia de faculdade ou direito pelo administrado, mas não importa o reconhecimento da verdade dos fatos.

Indique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

QUESTÃO 34

Indique a alternativa **CORRETA**.

Considerando o estabelecido pela Lei Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder:

- (A) na União, o percentual de 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida.
- (B) nos Estados, o percentual de 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida.
- (C) no Distrito Federal, o percentual de 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida.
- (D) nos Municípios, o percentual de 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida.

QUESTÃO 35

Analise as afirmativas a seguir em relação à alteração de contrato de trabalho.

- I. Em princípio é impossível a redução do salário do empregado. No entanto, excepcionalmente, tal espécie de alteração contratual quantitativa é permitida como na hipótese em que se dá o rebaixamento.
- II. A reversão, como alteração contratual, é uma forma de *jus variandi* extraordinário ilícita, haja vista ser um retrocesso na carreira do empregado.
- III. Qualquer alteração ordinária benéfica quanto ao salário, implica em incorporação definitiva no salário do empregado, independentemente de qualquer elemento temporal.
- IV. O *jus variandi* extraordinário representa alteração contratual que impacta substancialmente o contrato de trabalho, podendo ocorrer, com mútuo consentimento e desde que não implique em prejuízo direto ou indireto para o empregado.

Estão **INCORRETAS** as afirmativas:

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão incorretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e IV estão incorretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e II estão incorretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e III estão incorretas.

QUESTÃO 36

Analise as afirmativas a seguir em relação à Reclamação Trabalhista.

- I. A reclamação trabalhista verbal deverá ser distribuída antes de sua redução a termo. Após distribuição, será aberto prazo de 5 (cinco) dias, salvo justo motivo, para que o reclamante compareça na secretaria da Vara do Trabalho e promova a respectiva redução a termo, sob pena de perempção.
- II. Conforme Consolidação das Leis do Trabalho combinado com Lei 5.584/1970 (que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho), independentemente do procedimento, não há exigência de valor da causa na reclamação trabalhista. Quando essa vier sem valor, o juiz do trabalho fixar-lhe-á um valor, para determinação da alçada.

- III. Quanto ao princípio da extrapetição, que ultrapassa os limites objetivos da lide trabalhista, não há nulidade por julgamento "extra petita" da decisão que deferir salário quando o pedido for de reintegração.
- IV. O aditamento da petição inicial trabalhista pode ocorrer até a apresentação da defesa em audiência pelo reclamado, independentemente de sua anuência; após a citação e até o saneamento do processo, somente mediante anuência do reclamado. Sendo vedado, aditamento, após saneamento.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 37

Arnaldo Souza, empregado público, ajuizou reclamatória trabalhista em dezembro de 2015, em face de Fazenda Pública Municipal, formulando pedidos de verbas contratuais e rescisórias. Atribuiu à causa o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Em despacho saneador, o juiz competente extinguiu o processo sem resolução do mérito, arquivando-o. Neste caso, a decisão judicial foi pautada em:

- (A) irregularidade de procedimento.
- (B) incompetência em razão da matéria.
- (C) nulidade absoluta processual.
- (D) ilegitimidade de parte.

QUESTÃO 38

Analise as afirmativas a seguir em relação à Prescrição e a Decadência trabalhista.

- I. A Prescrição é a perda do direito de ação, pela ausência do seu titular em um decurso de tempo, e opera-se no prazo de cinco anos, independentemente da existência ou não do vínculo trabalhista.
- II. Constitui-se Decadência contratual a perda do direito material trabalhista, pela inércia do seu titular em um prazo de cinco anos, respeitado o biênio constitucional de dois anos, da extinção do contrato de trabalho.
- III. A prescrição dos créditos do FGTS opera-se no prazo de trinta anos, respeitando o biênio constitucional após a extinção do contrato de trabalho.
- IV. Prescrição é a perda da pretensão da exigibilidade do direito, em um decurso de tempo de cinco anos, pela inércia do titular do direito material, respeitado o limite de dois anos, após extinção de contrato de trabalho.

Estão **INCORRETAS** as afirmativas:

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão incorretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e IV estão incorretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão incorretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e IV estão incorretas.

QUESTÃO 39

Analise as afirmativas a seguir em relação ao Recurso de Revista.

- I. O Recurso de Revista, dotado de efeito devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.
- II. Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiros, não caberá Recurso de Revista, salvo nas hipóteses de ofensa direta e literal de normas da Constituição Federal.
- III. Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido Recurso de Revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta à Constituição Federal.
- IV. Nas causas sujeitas ao procedimento sumário somente será admitido Recurso de Revista por violação direta à Constituição Federal.

Estão **CORRETAS** as afirmativas.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 40

Analise as afirmativas a seguir em relação ao Aviso Prévio.

- I. Não havendo prazo estipulado, a parte que, com justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra da sua resolução.
- II. Ao aviso prévio proporcional será acrescido de 2 (dois) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.
- III. A falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço.
- IV. O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, que integra seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Estão **CORRETAS** as afirmativas.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.

QUESTÃO 41

As ações de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora deverão ser desenvolvidas de modo a garantir o desenvolvimento sustentável, harmonizando e integrando todas as políticas governamentais e a atingir os objetivos fundamentais de: proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada, democrática e eficiente; garantir o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico com a proteção do meio ambiente, observando a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais; harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente; garantir a uniformidade da política ambiental para todo o País, respeitadas as peculiaridades regionais e locais.

Analise as afirmativas a seguir. Com base na Lei Complementar Federal nº 140/2011 (que trata das competências administrativas relacionadas ao meio ambiente), são ações administrativas dos Municípios.

- I. Aprovar o funcionamento de criadouros da fauna silvestre.
- II. Exercer o controle ambiental do transporte fluvial e terrestre de produtos perigosos.
- III. Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, na forma da lei.
- IV. Promover e orientar a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente.

Indique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

QUESTÃO 42

Analise as afirmativas a seguir. Para os fins previstos na Lei Federal nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), entende-se por:

- I. Meio ambiente: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.
- II. Degradação da qualidade ambiental: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente afetem desfavoravelmente a biota, lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos, dentre outras.
- III. Poluição: a alteração adversa das características do meio ambiente.
- IV. Recursos ambientais: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Indique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (C) Todas as afirmativas estão corretas.
- (D) Nenhuma afirmativa está correta.

QUESTÃO 43

Em relação às determinações constitucionais sobre a tributação, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em relação à majoração de sua alíquota, o IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados, não deve obediência ao princípio da legalidade, nem ao princípio da anterioridade, mas deve obediência ao princípio da anterioridade nonagesimal.
- II. O IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, pode ser progressivo em razão do valor do imóvel e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- III. O ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, será fiscalizado e cobrado pelos municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- IV. É da competência dos Estados a instituição de ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, sobre o transporte municipal.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.

QUESTÃO 44

No que diz respeito à repartição das receitas tributárias, indique a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Pertencem aos Municípios, cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados.
- (B) Pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- (C) Os Estados entregarão aos seus municípios dez por cento dos recursos que receberem da União, relativos ao imposto sobre produtos industrializados, repassados proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.
- (D) Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

QUESTÃO 45

Em relação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça acerca de questões tributárias, indique a alternativa **INCORRETA**.

- (A) É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- (B) É constitucional a adoção, no cálculo de valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- (C) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- (D) Os Estados e o Distrito Federal não são partes legítimas na ação de restituição de imposto de renda retido na fonte proposta por seus servidores.

QUESTÃO 46

O Direito Urbanístico trouxe proposições que o ordenaram de forma científica perante o Direito, trazendo unidade em seu contexto. Analise as afirmativas a seguir em relação aos princípios e institutos.

- I. Direito Urbanístico, como ciência jurídica, é conceituado como um ramo do Direito Público que tem por objeto normas e atos que visam à harmonização das funções do meio ambiente urbano, na busca pela qualidade de vida da coletividade.
- II. A Contribuição de Melhoria é uma aplicação concreta do Princípio da cooperação entre os setores público e privado no Direito Urbanístico.
- III. O sistema constitucional brasileiro estabelece o Princípio da autonomia e delega a competência aos municípios, tanto para estabelecer a Política de Desenvolvimento Urbano, como para legislar sobre normas gerais de Direito Urbanístico.
- IV. A atividade urbanística se constitui a essência do Direito Urbanístico, por ser por ele regulamentada e disciplinada. Porém, o Direito Urbanístico que tem seus preceitos incidentes sobre a urbana, também estende a incidência sobre as áreas rurais.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Todas as afirmativas estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

QUESTÃO 47

O Plano Diretor participativo se constitui no mais importante instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Analise as afirmativas a seguir em relação ao que determina o Estatuto da Cidade.

- I. O Plano diretor tem sua natureza jurídica de plano indicativo. Por este motivo se torna lei que impõe comportamentos tanto para a sociedade como para o Poder Público. Entretanto, difere das demais leis em razão de que para ser modificada depende da realização de audiências públicas.
- II. O processo de condução na elaboração ou revisão do Plano Diretor é de responsabilidade do Executivo municipal a partir da instalação do Núcleo Gestor, composto unicamente por representantes do Poder Público. Caberá, portanto, ao Núcleo Gestor, entre outras atribuições, compatibilizar o trabalho técnico com a leitura comunitária ao final do processo.
- III. O Plano Diretor, aprovado por Lei, estabelece as linhas gerais do processo de Planejamento Urbano e garante a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, portanto, não engloba a atuação na área rural. A Lei que o instituir deverá ser revista a cada dez anos, devendo o Plano Plurianual neste período incorporar as diretrizes nele contidas.
- IV. O Plano Diretor de entes municipais incluídos no Cadastro Nacional de Municípios com áreas suscetíveis de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter planejamento de ações de intervenção preventivas e relocação de população de áreas de risco de desastre.

Indique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Todos os itens são incorretos.
- (B) Os itens I, II e IV são incorretos.
- (C) Os itens I, II e III são incorretos.
- (D) Os itens II e IV são incorretos.

QUESTÃO 48

Quando o tema é propriedade da terra e regularização fundiária, o conflito legalidade *versus* ilegalidade remonta quase à formação do Estado e do território brasileiro. Analise as afirmativas a seguir em relação à Lei 11.977/2009 (Lei de Regularização Fundiária - LRF).

- I. Entre os princípios estabelecidos pela Lei 11.977/2009 (LRF), está o de participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização fundiária de interesse social.
- II. Entende-se por demarcação urbanística o procedimento judicial pelo qual o Poder Público municipal, no âmbito da regularização fundiária de interesse social demarca somente imóvel de domínio público, definindo limites, áreas, localização e confrontações, com a finalidade de após o devido registro público, conferir títulos de reconhecimento da posse aos ocupantes.
- III. Admite-se a promoção de regularização fundiária de interesse social em Áreas de Preservação Permanente (APP), desde que obedecidas às limitações impostas pela Lei 11.977/2009 (LRF).
- IV. A Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM) é um importante instrumento de regularização fundiária. Porém, com aplicação restrita em decorrência de não haver possibilidade de extinção por ato unilateral do Poder Público concedente.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (B) Todas as afirmativas estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

QUESTÃO 49

A Lei Federal de nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, apresenta vários instrumentos de Planejamento e Tributários. Analise as afirmativas a seguir.

- I. A competência da desapropriação-sanção aplicada ao contribuinte, decorridos cinco anos de aplicação do Imposto Predial Territorial Urbano Progressivo no tempo é discricionária.
- II. A norma geral estabelece que a elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) substitua a elaboração e aprovação de estudo prévio de impacto ambiental.
- III. As Operações Urbanas Consorciadas exigem Lei específica e a contrapartida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados, pela fruição dos benefícios decorrentes de modificações que poderão ser executadas em desconformidade com a lei vigente.
- IV. O Direito de Preempção confere ao Poder Público preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares e será exercido sempre que necessitar de áreas, entre outras demandas, para a criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes.

Indique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Todos os itens estão incorretos.
- (B) Somente o item II está incorreto.
- (C) Somente os itens I e IV estão incorretos.
- (D) Somente os itens II e III estão incorretos.

QUESTÃO 50

Considerando o estabelecido no Código Civil, analise as afirmativas a seguir:

- I. Configura-se lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- II. Ocorre o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- III. Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.
- IV. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.

QUESTÃO 51

Considerando o estabelecido no Código Civil, analise as afirmativas a seguir:

- I. O efeito jurídico da impenhorabilidade concedido ao bem de família abrange as pertencas e os acessórios do prédio residencial urbano ou rural destinado a domicílio familiar.
- II. O efeito jurídico da impenhorabilidade concedido ao bem de família poderá abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família.
- III. Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse metade do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial.
- IV. A dissolução da sociedade conjugal extingue o bem de família. Extingue-se, igualmente, o bem de família com a morte de um dos cônjuges e a maioria dos filhos.

Indique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.

QUESTÃO 52

Considerando o estabelecido no Código Civil acerca da herança jacente e vacante, analise as afirmativas a seguir.

- I. Falecendo alguém sem deixar testamento nem herdeiro legítimo notoriamente conhecido, os bens da herança, depois de arrecadados, ficarão sob a guarda e administração de um curador, até a sua entrega ao sucessor devidamente habilitado ou à declaração de sua vacância. Quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, será esta desde logo declarada vacante.
- II. Durante a herança jacente é assegurado aos credores o direito de pedir, através de ação de petição de herança, o vencimento antecipado das prestações de uma dívida já reconhecida e o pagamento das dívidas vencidas e vincendas, nos limites das forças da herança.
- III. Não se habilitando até a declaração de vacância, os colaterais ficarão excluídos da sucessão.
- IV. Decorridos quatro anos da declaração da vacância, os bens arrecadados, localizados nas respectivas circunscrições, passarão ao domínio do Estado ou do Distrito Federal.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.

QUESTÃO 53

Considerando o estabelecido na Lei de Parcelamento do solo urbano (Lei Federal nº 6.766/1979), analise as afirmativas a seguir.

- I. Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- II. Considera-se ainda loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- III. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.
- IV. Em terrenos com declividade igual ou superior a 30%, salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes e em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação, não será permitido o parcelamento do solo.

Indique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 54

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

De acordo com o Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003), a garantia de prioridade compreende, dentre outras obrigações.

- I. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso.
- II. Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações.
- III. Priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.
- IV. Prioridade no recebimento de décimo terceiro salário, PIS/PASEP, e outras verbas semelhantes.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 55

Considerando o estabelecido no Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir.

- I. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida em desfavor de uma fundação municipal de direito público.
- II. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública.
- III. Nas hipóteses legais de cabimento de arresto, este será concedido pelo juiz, independentemente de justificação prévia, quando for requerido pelo Município.
- IV. As autarquias municipais, por pertencerem à Administração Indireta, devem recolher a importância de 5% (cinco por cento) do valor da causa, a título de preparo para interposição de recurso.

Indique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 56

Analise as afirmativas a seguir, nos termos da Lei Nº 4.717/1965 (Lei da Ação Popular). Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos. São também nulos, se praticados por quaisquer das pessoas ou entidades anteriormente referidas, os seguintes atos ou contratos.

- I. A admissão ao serviço público remunerado, com desobediência, quanto às condições de habilitação, das normas legais, regulamentares ou constantes de instruções gerais.
- II. A empreitada, a tarefa e a concessão do serviço público, quando a concorrência administrativa for processada em condições que impliquem na limitação das possibilidades normais de competição.
- III. A compra e venda de bens móveis ou imóveis, nos casos em que não cabível concorrência pública ou administrativa, quando o preço de venda dos bens for inferior ao corrente no mercado, na época da operação.
- IV. A concessão de licença de exportação ou importação, qualquer que seja a sua modalidade, quando resultar em exceção ou privilégio, em favor de exportador ou importador.

Indique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 57

Indique a alternativa **CORRETA**.

Nos termos da Lei 8.213/1991 (que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências), são segurados obrigatórios da Previdência Social:

- (A) Como empregado, aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade permanente de substituição de pessoal regular e transitório ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas.
- (B) Como contribuinte individual, o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
- (C) Como empregado, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
- (D) Como contribuinte individual, o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio.

QUESTÃO 58

Marque a opção **CORRETA**.

Sobre o Regime próprio de Previdência, nos termos da Constituição Federal de 1988, é assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Sobre os servidores abrangidos por esse regime, serão aposentados:

- (A) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcional ao tempo de contribuição, inclusive os decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- (B) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade ou aos 80 (oitenta) anos de idade, na forma de lei complementar.
- (C) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de doze anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observado sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta cinco anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (D) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observado sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.

QUESTÃO 59

Considerando o estabelecido no Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos de crime praticado em detrimento do patrimônio ou interesse do Município, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- II. Se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, deverá requisitá-los, diretamente, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los.
- III. Em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-la de ofício. E, no caso de morte do acusado, o juiz somente à vista da certidão de óbito, e depois de ouvido o Ministério Público, declarará extinta a punibilidade.
- IV. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

Indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 60

Considerando o estabelecido no Código Penal, acerca dos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) Comete crime de emprego irregular de verbas ou bens públicos, o servidor que apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- (B) Comete crime de peculato, o servidor público ao exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- (C) Comete crime de excesso de exação, o servidor público ao deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- (D) Comete crime de corrupção passiva, o servidor quando pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.